

O PROCESSO CIVILIZADOR NAS ESCOLAS: O MODELAMENTO DO CORPO E DA MENTE NA CONCEPÇÃO DE CARLOTA BOTO

THE CIVILIZING PROCESS IN SCHOOLS: THE MODELING OF BODY AND MIND IN DESIGN CARLOTA BOTO

Helena CIA¹; Daniely Cristina TARDIO²; Profa. Dra. Maria Luísa BISSOTO³

¹Pedagoga, Aluna Especial de Mestrado (UNISAL)

²Diretora, Aluna Especial de Mestrado (UNISAL)

³Orientadora do Mestrado Educação Sociocomunitária(UNISAL)

Autor responsável: Helaine Cia. Endereço: Av. de Cillo, n. 3500, Pq. Universitário, Americana – SP.
CEP: 13467-600, E-mail: helakine@gmail.com

RESUMO

Este trabalho fundamenta-se em uma reflexão a partir da pesquisa desenvolvida por Boto (2010), em que aborda os trabalhos desenvolvidos nas escolas portuguesas entre o século XIX e início do século XX, objetivando o processo civilizador do alunado. Desde o início da pré-escola, a passagem por esse processo era vista como essencial para que o indivíduo aprendesse a conviver no “mundo dos adultos”, ou seja, constituindo-se como cidadão-restringindo interesses individuais em prol do bem-comum. A análise elaborada pondera sobre a atualidade dessa forma de se pensar a educação da criança na Educação brasileira contemporânea. A escola preocupa-se com o cumprimento curricular de conteúdos “enciclopédicos”, que, materializados nos materiais didáticos e práticas educativas, parece continuar a visar à domesticação de corpos e mentes, e não se compromete com os pré-requisitos de formação do pensamento crítico e autônomo, essenciais para a formação dos futuros agentes de transformação social e líderes do país.

Palavras-chave: Educação; Processo Civilizador; Cultura.

INTRODUÇÃO

Este texto, metodologicamente, é uma reflexão a partir da leitura do trabalho intitulado *A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas*, de Carlota Boto (2010), em que a autora discute o papel da escola enquanto instituição social encarregada de “civilizar” – modelar o comportamento e as

ABSTRACT

Based on a reflection from the work of Boto (2010), tackling the work carried out in Portuguese schools between the nineteenth and early twentieth centuries, aiming the civilizing process of the students. Since the start of pre-school, to go through this process was seen as essential for the individual to learn to live in the "adult world". That is, establishing itself as citizen-restricting individual interests for the common good. The elaborate analysis ponders the relevance of this way of thinking the child's education in contemporary Brazilian education. The school is concerned about curriculum content compliance "encyclopedic", which materialized in textbooks and educational practices, still seems to be aimed at taming of bodies and minds, and no commitment to training prerequisites of critical thinking and autonomous, essential for the formation of future agents of social transformation and leaders of our country.

Keywords: Education. Civilizing Process. Culture.

formas de pensar no âmbito daquilo que se denomina “cultura”. Fundamenta-se em uma pesquisa no campo da História da Educação, em que, num estudo fundamentado nos livros didáticos portugueses, utilizados nas escolas primárias durante os séculos XIX e XX, analisa-se criticamente como os mecanismos civilizatórios da escola vão sendo postos em movimento. A

escola era caracterizada – e ainda é, como aqui argumentado – como o primeiro ambiente de contato com a cultura científico-racional, sendo o professor o responsável por ensiná-la: discipliná-la em termos de pensar e comportar-se, para conviver em sociedade, dentro de uma lógica de afastamento dos costumes e hábitos do cotidiano “vulgar”. Carlota Boto (2010) toma por referência teórica central a abordagem sociológica de Norbert Elias, que retrata o percurso civilizador da sociedade ocidental, marcado por colocar sob freio a “liberdade” humana, que, deixada solta, só resultaria em barbárie. O processo civilizador escolar tem o intuito de disciplinar e doutrinar comportamentos, tais como os modos de pensar, falar, ouvir, respeitar, agir e de se relacionar social e hierarquicamente, tomando-se por molde determinado estereótipo de comportamentos considerado “ideal e civilizado” frente à “alta cultura” da sociedade. Assim, pretende-se discutir neste artigo as afirmações e os questionamentos levantados pela autora, Carlota Boto, em relação ao processo de escolarização atual, mostrando que, apesar dos quase dois séculos que separam os documentos (livros didáticos) analisados pela autora e do cenário escolar contemporâneo, pouca coisa se modificou.

DESENVOLVIMENTO

A autora inicia sua argumentação tecendo um diálogo entre vários autores, compondo um painel sobre as diversas acepções que os termos “civilizar e civilização” podem assumir. Dessa forma, para Wolff (2004, p. 25), a “Civilização significa civilidade, é a parte espiritual de uma cultura, a humanidade do sentido moral”; enquanto para Sennet (1988, p. 323), “Civilizar tem o mesmo radical de cidade”, local em que as pessoas convivem coletivamente.

Contudo, é sobre a definição de Elias (1975; 1994) que a análise se sustenta, a qual também é considerada pedra angular da reflexão aqui realizada. Estruturou uma teorização da constituição da cultura ocidental a partir das considerações possíveis de ser estabelecidas entre a historicidade processual das mudanças na disciplina/comportamentos individuais e aquelas na organização social, que, a partir da Idade Média, transformaram as relações de poder na Europa, manifestando-se em outras formas de

produção de riquezas, na divisão do trabalho, na consolidação da autoridade política e na monopolização do poder físico pelo Estado, a partir da emergência dos Estados Nacionais. Na definição do autor Elias (1975, p. 242 (apud BOTO, 2010, p. 46): a civilização

não é um fenômeno; ela traduz uma mudança que afeta a economia psíquica em seu conjunto, o hábito de levar em consideração o prolongamento de nossos atos, que a divisão progressiva das funções, postula e cultiva.

E ainda:

Duas ideias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. Este sentimento há muito permeava a sociedade de corte. Encontrara sua expressão aristocrática de corte em termos como *politesse* e *civilité*. (...) A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir. Este é o novo elemento manifesto no termo *civilisation*. Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes. (ELIAS, 1994, p. 64).

Entende-se que o processo civilizador é uma forma de dominar as classes “subalternas”, mediante o fazer vigorar uma padronização comportamental idealizada, na qual as atitudes e os valores socialmente validados correspondem àqueles predominantes na burguesia. Nessa visão do processo civilizador, a educação é a base para desenvolver a sociedade, “retirando-a” da primitividade e prevenindo a “barbárie”, pelo refinamento dos costumes e das formas de agir individual e socialmente. Assim, por não serem naturais, os costumes deveriam ser inculcados nos indivíduos por meio de instituições sociais, como a igreja, o trabalho e a escola.

Ao ingressar na escola, a criança era/é educada para conviver “elegantemente” na sociedade, aprendendo a submeter-se às regras, adquirindo comportamentos de autorregulação e controle dos seus impulsos, respeito para com o grupo, além da arte de conversar e de se expressar, de atentar para

hierarquias, de inibir o individualismo em favor da convivência social polida.

O professor, incumbido de mediar o ingresso das jovens gerações no processo civilizador, do ponto de vista institucional, reunindo a formação técnica do saber-fazer-ensinar, tinha/tem como dever privilegiar a inculcação dos valores éticos, morais e comportamentais burgueses, o que diz respeito a um ensino voltado ao respeito, à obediência, ao silêncio e às normas de leis do país e da religião. A família, por sua vez, ficaria responsável por ensinar os aspectos voltados à afetividade.

No estudo realizado por Boto (2010), as aulas são uma forma de processo civilizador, ministradas com o apoio do livro didático, sendo este um instrumento de controle do aluno. No entanto, entende-se aqui que esse controle por meio do livro didático se estendia também aos professores, já que elenca o cerne do ideal civilizatório para além da subjetividade docente. Os temas e conteúdos dos livros referiam-se à “alta cultura”, ao parâmetro modelar e ideal a ser perseguido para o tornar-se verdadeiramente civilizado. Por alta cultura entenda-se aquela científica, eurocêntrica e burguesa, defensora do tripé que caracterizava – e caracteriza – a delimitação de civilização: a presença do Estado (especialmente o democrático), do comércio (presença do Capital, da racionalidade produtiva e acumuladora) e da cultura letrada (Ciência, Arte e razão científico-acadêmica) (ELIAS, 1993).

A criança, considerada inocente e heterônoma, ou seja, incapaz de se organizar/determinar por si mesma, necessita do controle de outrem, que por ela se faça responsável. Como não se concebia que conseguisse discernir entre o bem e o mal, o professor deveria não somente lhe mostrar modelos para ser imitados como se fossem únicos e verdadeiros, mas corrigi-la caso se afastasse deles. O trabalho com a imitação era considerado uma ação docente positiva, porque se acreditava que a criança poderia reagir em determinadas situações por meio de lembranças imaginárias e reproduzidas em atos automatizados, ou seja, a alta cultura deveria tornar-se uma “segunda natureza”, de forma a se conseguir a repressão dos comportamentos instintivos, naturais.

O processo de civilização escolar era visto como a “captura de almas” (JULIA, 2001), pois, a partir dele, a historicidade dos sujeitos anterior a esse

processo deveria ser anulada. Assim, o sujeito nascia socialmente ao civilizar-se nos modelos propostos pela formatação escolar. Conforme os estudos de Foucault (1987, p. 117), “disciplinar pretende engendrar corpos dóceis”, modelar comportamentos, adestrar, polir o indivíduo para não possuir atitudes e hábitos negativos. Por meio desse adestramento, os comportamentos são registrados como marcas de obediência e de silêncio.

A criança deveria seguir bons exemplos, obtidos pela educação numa perspectiva cristã, o que evitaria as más ações. A figura de “Deus” era representada por aquele que teria o poder de castigar ou punir as atitudes negativas, ou seja, autoridades “terrenas” como o padre, o pai, o professor. As ações positivas poderiam ser elevadas e receber prêmios em função das atitudes generosas.

É possível realizar um comparativo do processo civilizador do Brasil desde a colonização europeia em contato com os índios. Houve a iniciativa da padronização de valores e comportamentos com o intuito de prevenir a barbárie e desenvolver a cultura “primitiva” por meio do ensino, do letramento e dos modos de se comportar, vestir e agir, ou seja, por meio de atitudes consideradas adequadas para a convivência civilizada em sociedade.

No Brasil há uma extensa diversidade cultural, desigualdades entre as culturas e classes sociais, e na escola observam-se “mesclas culturais” existentes nos alunos. Contudo, tal como em séculos passados, a escola continua a querer civilizar – modelar uniformemente hábitos, pensamentos e comportamentos pelo viés de um autoritarismo civilizador –, sem discutir o que esse significa, exatamente, nos dias de hoje. No entanto, como não se propõe a discutir tal questão, a escola perde sua legitimidade frente à sociedade.

CONCLUSÃO

Dentro do recorte, pretendeu-se neste trabalho enfocar o processo civilizador como dominação das classes subalternas, padronização de valores e atitudes preconizados pela burguesia. Os trabalhos pedagógicos moldavam atitudes e comportamentos a serem reconhecidos universalmente. O “processo civilizatório”, nos moldes proposto por Boto, representa, para

aqueles que se dispõem a fazê-lo, abrir mão dos prazeres. Assim, a coesão social entre os membros da civilização fundamenta-se na experiência do autocontrole e do manejo das frustrações resultantes. Aqueles que não se mostram capazes de fazê-lo continuam em situação de “inacabamento” em relação à condição humana. Representam, portanto, o perigo do descontrole, da rebeldia e o risco de sedução ao domínio dos sentidos.

Nas escolas brasileiras tem-se a presença do processo civilizador, mas praticado de forma diferenciada: nas escolas “civilizadas” os professores mantêm o modelo de valorização dos estudantes e das famílias, que objetiva a alta cultura e o comportamento polido. Nas escolas “incivilizadas”, cabe aos professores “levar a civilização” àqueles que a desconhecem. A escola passa por um campo de batalha, pois as diferenças entre concepções de mundo entre a “alta cultura” e as “culturas periféricas” provocam um estranhamento mútuo, que busca ser resolvido pela violência física ou simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTO, C. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista**

Portuguesa de Educação, Braga, v.3, n.2, p. 35-72, 2010.

ELIAS, N. **La Dynamique de l'Occident**. Paris: Calmann-Lvy, 1975.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Volume 2.

_____. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Tradução de R. Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Volume 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 27. ed. São Paulo, Editora Vozes, 1987.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, 2001.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOLFF, F. Quem é bárbaro? In: NOVAES, A. (Org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.